

Previsão

Revista do Sindprevs/SC | ANO 1 | Nº 4 . Setembro de 2013

A desmilitarização das polícias e a luta de classes

A Polícia hoje tem treinamento militar e identifica o "inimigo" como pobre, negro e favelado





GESTÃO RESISTIR, LUTAR, AVANÇAR SEMPRE [2011- 2014]

Valmir Braz de Souza

Coordenação Geral

Fátima Regina da Silva

Diretora da Secretaria-Geral

Elaine de Abreu Borges

Diretora da Secretaria-Geral

Valéria Freitas Pamplona

Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro

Oswaldo Vicente

Diretor do Depto. Administrativo e Financeiro

Luiz Fernando Machado

Diretor do Depto. de Política e Organização de Base

Ana Maria Pereira Vieira

Diretora do Depto. de Política e Organização de Base

Luciano Wolffenbüttel Veras

Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Rodrigo Poggere (licenciado)

Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Janete Marlene Meneghel

Diretora do Depto. de Comunicação

Marco Carlos Kohls

Diretor do Depto. de Comunicação

Vera Lúcia da Silva Santos

Diretora do Depto. Jurídico

Rosemeri Nagela de Jesus

Diretora do Depto. Jurídico

Rosi Massignani

Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Clarice Ana Pozzo

Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Maria Nilza Oliveira

Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador

Jane da Rosa Defrein Lindner

Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador

Teresinha Maria da Silva

Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Terezinha Ivonete de Medeiros

Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Márcio Roberto Fortes

Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Giulio Césare da Silva Tártaro

Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Editorial

O último período foi de reflexões sobre o posicionamento da categoria diante de sua agenda de lutas em 2013. A Plenária Nacional da Fenasps, realizada em julho, apontou o indicativo de greve. Seguindo a deliberação da plenária, o Sindprevs/SC realizou sua Assembleia Geral Estadual que definiu outro encaminhamento: o estado de greve e a construção da greve ao longo dos próximos meses desse ano.

Por um lado, a pauta de reivindicações é extensa. A Fenasps propôs como eixos de luta a reposição das perdas salariais, a incorporação das gratificações, o Plano de Carreiras com Adicional de Qualificação, a jornada de 30 horas para todos, Concurso Público, melhores condições de trabalho, o fim do assédio moral e a antecipação das duas parcelas de reajuste previstas para 2014 e 2015. Há ainda a pressão sobre os servidores para o cumprimento de metas cada vez maiores. Esse cenário nos indica que a greve é uma alternativa justa e necessária para a ampliação de direitos.

No entanto, na outra ponta e reflexo de uma política de estrangulamento da classe trabalhadora, a categoria se sente pres-

sionada pelo fantasma do corte do ponto. Nas últimas greves do Ministério da Saúde, do INSS e da Anvisa, os salários foram descontados, fato que gera grande insegurança para os servidores e inviabiliza a unidade em torno da greve como alternativa.

Diante da posição da categoria, a Plenária da Fenasps, realizada em 04 de agosto, seguiu o caminho indicado também por Santa Catarina, aprovando o adiamento da Greve Nacional para que os estados aumentem as suas mobilizações. A plenária também indicou a declaração de “estado de greve”, Operação Padrão e a instalação do Comando Nacional e de Comandos Estaduais que serão responsáveis pela construção da greve para o próximo período.

A história nos ensina que as vitórias da classe trabalhadora só se realizaram através da luta. É preciso mobilização para construir os próximos passos de nossa luta, na defesa da ampliação de direitos e condições dignas de trabalho.



Redes sociais

Twitter: @sindprevs

Facebook: Sindprevs Santa Catarina

www.sindprevs-sc.org.br

Fale com o Sindicato

Rua: Angelo La Porta, 85, Centro
88020-600 - Florianópolis - SC

Fone/Fax: (48) 3224-7899

Atendimento externo: das 9h às 18h

Atendimento Jurídico: segunda, terça, quinta e sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 18h

Plantão advogados: segundas e terças, das 9h às 12h e das 13h às 18h

E-mail: sindprevs@sindprevs-sc.org.br

E-mail jurídico: juridico@sindprevs-sc.org.br

Expediente

Previsão é a revista do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Federal no Estado de Santa Catarina.

Edição, textos e fotos: Rosangela Bion de Assis (Mtb 00390/SC JP); Marcela Cornelli (Mtb 00921/SC JP) e Clarissa Peixoto (Mtb 0003609/SC JP)

Projeto gráfico e editoração: Cristiane Cardoso

Ilustrações e logotipo: Frank Maia

Capa: Frank Maia

Tiragem: 6.000 exemplares

Sumário



6 E as lutas se renovaram nas ruas

Sindes debate as manifestações de junho e a reorganização da classe trabalhadora

8 Um homem da saúde e do mar

A doença do irmão lhe despertou o amor pela área da saúde. A paixão pelo mar passou de pai para filho.



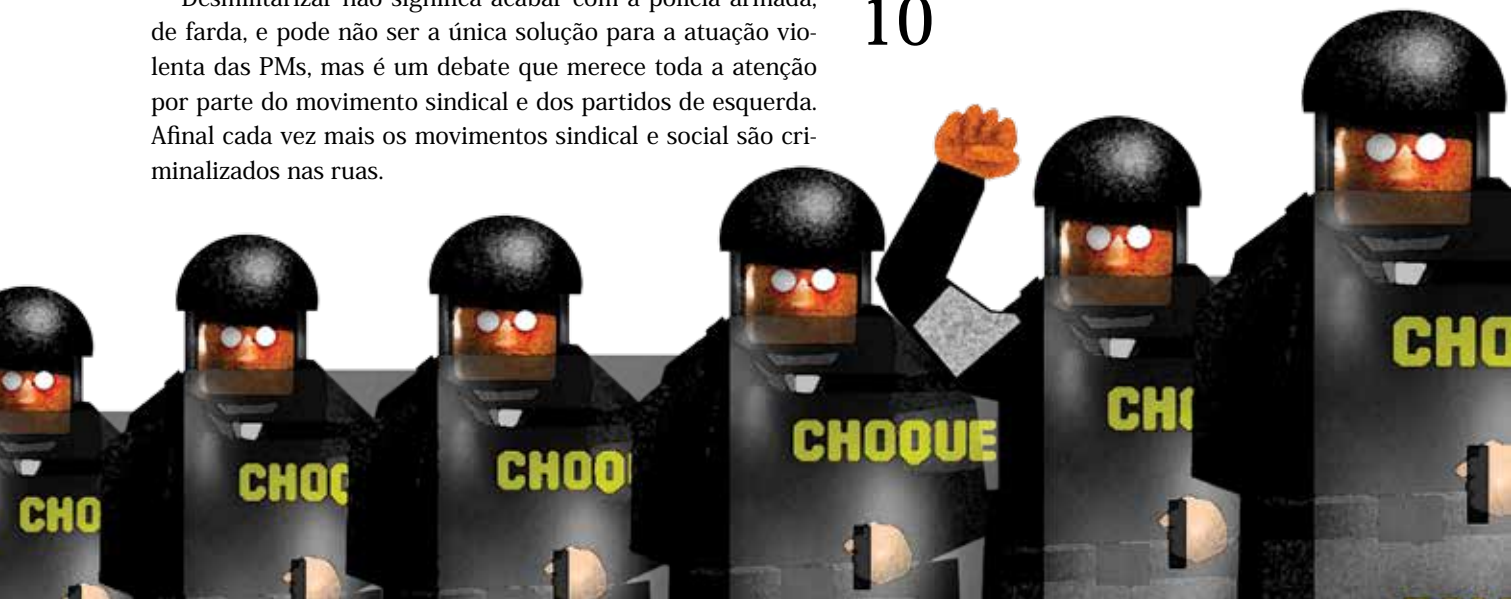
12 Novas identidades da família brasileira

A pluralidade na organização familiar brasileira vem derrubando pré-conceitos sobre a ideia tradicional de família

A desmilitarização das polícias e a luta de classes

Desmilitarizar não significa acabar com a polícia armada, de farda, e pode não ser a única solução para a atuação violenta das PMs, mas é um debate que merece toda a atenção por parte do movimento sindical e dos partidos de esquerda. Afinal cada vez mais os movimentos sindical e social são criminalizados nas ruas.

10



14 Fórum Unificado para enfrentar a mídia conservadora

Entidades se organizam para enfrentar o monopólio da informação em Santa Catarina



15 Querem legalizar o “aluguel de pessoas”

PL 4.330 ameaça legalizar o “aluguel de pessoas” no setor público e privado

16 Notas | Jurídico | GEAP

Servidores da Anvisa de Santa Catarina rejeitaram a proposta apresentada pelo governo.

18 Última Página

Trabalhadores da Anvisa, do Ministério da Saúde e do INSS realizam atividades de mobilização em Brasília



Agenda



Outubro

16/17 e 18 | Evento comemorativo dos 25 anos do Sindprevs/SC. No auditório do Hotel Oceania, em Florianópolis.

Veja a programação completa e alterada na página 19 e no site do Sindprevs/SC.

Inscrições de 12 de agosto à 30 de setembro, vagas limitadas, pelo endereço eletrônico: eventos@sindprevs-sc.org.br

Novembro

05 | Reunião para criação do Fórum Unificado de Mídia Alternativa, às 10h, no Sindprevs/SC, em Florianópolis.

08 | Assembléia Específica sobre o Camping. Pauta: Alteração e Aprovação Regimento Interno.

20 | Dia da Consciência Negra.

Dezembro

14 | Abertura da Temporada 2013/2014 no Complexo Esportivo e de Laser Ademar Rosa.

VEJA NO SÍTIO DO SINDPREVS/SC
www.sindprevs.org.br, em
Eventos - 25 anos, mais informações e a programação completa dos eventos do ano comemorativo



E as lutas se renovaram nas ruas

Mobilizações que sacudiram o País também sacudiram as esquerdas

por **Marcela Cornelli**

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa2@sindprevs-sc.org.br



As mobilizações de junho e a reorganização da classe trabalhadora foram temas de debate promovido pelo Sindes, sindicato que representa os trabalhadores em entidades sindicais, no dia 8 de agosto no Plenarinho da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis.

Para debater o tema estiveram presentes na mesa representantes da CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), da Intersindical, da CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil) e do Movimento Passe Livre Floripa. Também participaram do debate sindicatários, dirigentes sindicais, estudantes, representantes de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), membros da Cooperativa de Produção em Comunicação e Cultura (CpCC) e do Portal Desacato, representante do gabinete do deputado estadual Sargento Amauri Soares, entre outros segmentos da sociedade civil organizada. A Central Única dos Trabalhadores

(CUT) também foi convidada, mas não aceitou o convite.

Os debatedores responderam perguntas sobre o que significaram as manifestações de junho; a necessidade de unificação das centrais sindicais em defesa da classe trabalhadora; a criminalização dos movimentos sociais, políticos e partidários pela mídia, governos e polícia; a greve de 11 de julho e as dificuldades e perspectivas de se reorganizar a classe trabalhadora do País.

“Alguns segmentos abandonaram a pauta classista”

“Embora o movimento não seja novo, ninguém passou ileso ao processo de mobilizações de junho”, observou Simara Pereira, uma das lideranças do Movimento Passe Livre Floripa. A luta pela redução da tarifa desencadeou as mobilizações e conquistou avanços reduzindo as passagens de ônibus em mais de 50 cidades brasileiras, entre elas 14 capitais. “O movimento de junho ainda está em disputa, mas serviu para sacudir o movimento sindical. Alguns segmentos tenta-

ram amortecer a luta, diminuir a importância do movimento, mas isso não foi possível”, disse Simara.

Para a militante do Passe Livre Floripa “não se pode poupar nenhuma crítica aos governos. O transporte do País não é esse que queremos, não é este o sistema bancário que queremos, a mobilidade urbana não é esta que está aí que queremos. Houve por parte dos movimentos sindicais, que se engessaram, o abandono das pautas classistas. É preciso haver o resgate desta pauta. E o movimento de junho fez isso. Depois de um período de negociação e conciliação permanente que vinha persistindo no movimento sindical, a juventude, os estudantes e a população foram para as ruas mostrar seu descontentamento”.

“Não podemos sair das ruas”

Ao contrário das críticas do Movimento Passe Livre, na opinião do presidente da CTB, Odair Rogério da Silva, houve um avanço em questões sociais nos governos Lula e Dilma e que não podem ser



ignoradas. “A situação econômica melhorou”. Porém ele admitiu que “houve falhas na política do governo”, principalmente nos setores da saúde e educação.

Ele também destacou que o rechaço aos partidos e sindicatos durante as manifestações de junho mostrou que “as pessoas não entenderam que foi com a luta destes segmentos que se construiu a democracia no País e só assim é possível às manifestações nas ruas”.

Para Odair, a internet se mostrou um novo instrumento de mobilização. “As redes sociais foram um elemento importante”. Ele disse ainda que a mídia pautou o movimento das ruas para tentar desgastar o Governo Lederal e defendeu a democratização dos meios de comunicação, pois “eles não estão do lado dos trabalhadores”. Por outro lado, ele acredita que o governo sentiu a pressão e veio para o debate com os sindicatos. “O governo respondeu ao apelo. Temos que estar permanentemente nas ruas. Vem aí o leilão dos postos de petróleo e temos combatido muito pouco este pon-

to. A unidade das centrais sindicais se faz necessária. Não podemos sair das ruas”.

Com olhar mais crítico, o professor Ricardo Velho, que representou a Intersindical na mesa, enfatizou que “a realidade da classe trabalhadora piorou muito nos últimos anos e que houve pouca distribuição de renda no País”. Quando se fala das manifestações de junho “a luta de classes deve ser a pauta da discussão”, apontou. “A classe por trás de todas as suas direções resolveu revoltar-se. Cansada de negociações, foi às ruas”.

Ricardo defendeu que “não é possível administrar o capitalismo dentro do Estado e tentar melhoras. As manifestações aconteceram porque o capital avança cada vez mais sobre os trabalhadores”.

Na avaliação do professor, a greve do dia 11 de julho, chamada pelas centrais sindicais, “foi um fracasso”. “As organizações perderam a capacidade de organização. Por que a classe trabalhadora não veio pra rua? Porque as organizações estão tentando dirigir a força a classe”, criticou.

O representante da CSP-Conlutas, Daniel Silveira Ramos, avaliou que as mobilizações de junho abriram um novo momento no País. “Desde o Fora Collor e as Diretas Já não se via o povo com esta ofensiva nas ruas”. “As mobilizações mostraram a capacidade de organização dos jovens e estudantes”.

Para Daniel, é possível avançar nas lutas e a unidade das centrais se dará na prática. “Os salários dos trabalhadores estão praticamente congelados. É possível uma pauta unificada em torno do aumento geral dos salários e contra as privatizações, independente do governo que está no poder”, disse.

Na avaliação de Daniel, o dia 11 de julho não foi um dia de greve geral, mas foi um dia de luta e mobilizações e foi vitorioso. Ele citou como exemplo a paralisação dos metalúrgicos e do transporte em São Paulo. Para o militante da CSP-Conlutas, a unidade da classe trabalhadora, do movimento estudantil e o conjunto de explorados e oprimidos é a única saída para a construção de outra sociedade, uma sociedade socialista. 🇺🇦

Um homem da saúde e do mar

por Rosângela Bion de Assis

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa@sindprevs-sc.org.br

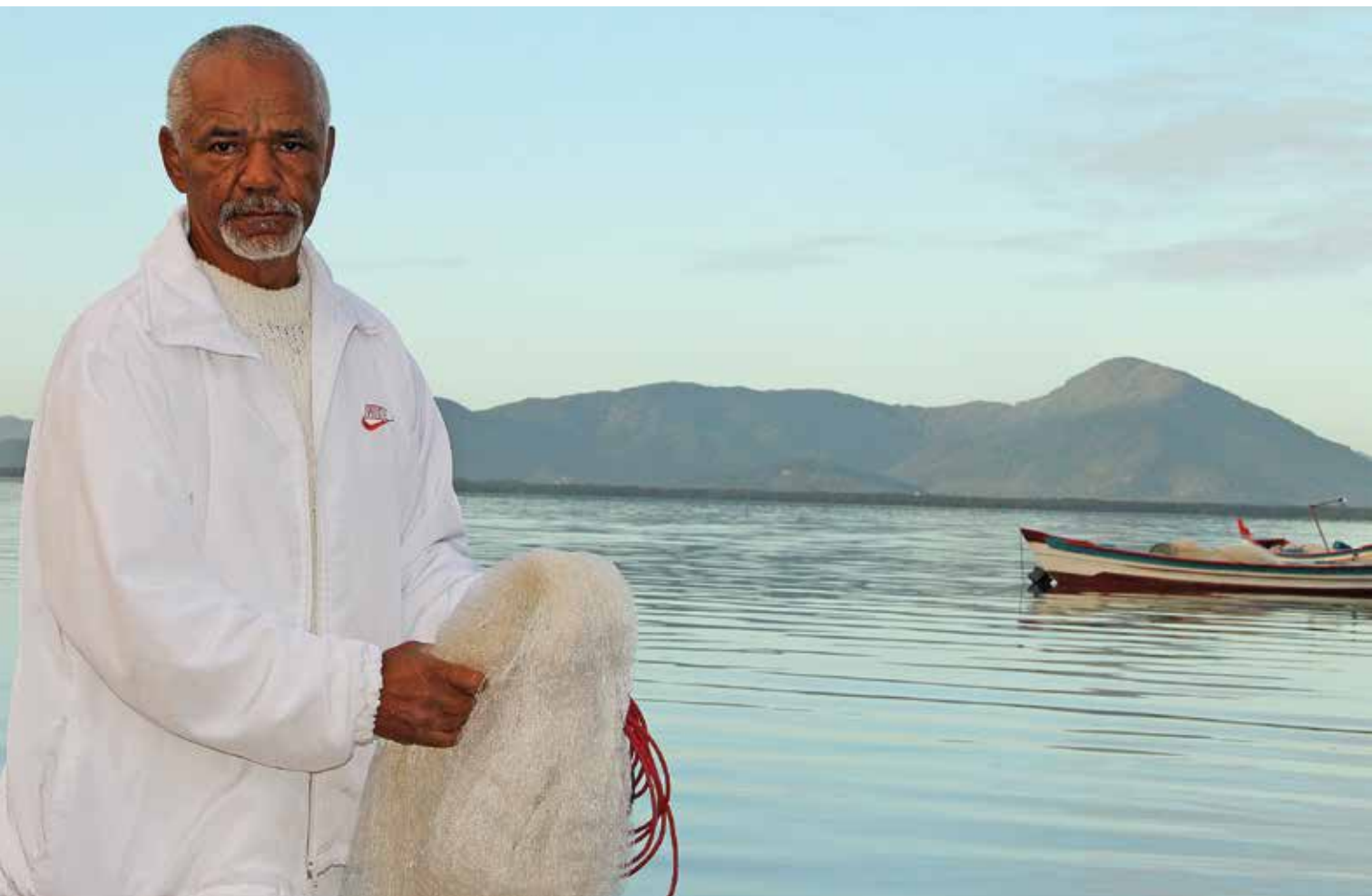
Claudionor Machado ajudou sua mãe a escolher o nome do irmão mais novo quando ele nasceu, em contrapartida o irmão lhe apontou o rumo profissional. Aconteceu por caminhos tortuosos. Claudionor tinha 17 anos e Cláudio tinha acabado de completar o primeiro ano de vida quando começaram as crises de bronquite asmática. A mãe, envolvida com os cuidados com os sete filhos e com a casa, quase sempre delegava ao filho

mais velho a função de levar o pequeno Cláudio ao médico e às sessões de nebulização. Os cuidados com o irmão, levaram Claudionor para a área da saúde, a sua grande paixão até hoje.

Em tempos de dificuldades financeiras, também era função do filho mais velho levar o almoço para o pai, que trabalhava como estivador no porto que existia em baixo da ponte Hercílio Luz. Quando o navio aportava na parte continental, Claudionor atravessava a ponte cruzando com estudantes a

caminho do Instituto Estadual de Educação, ciclistas e muitos trabalhadores.

Seu pai, Palmenor Machado, usava sobre a cabeça uma espécie de turbante de pano grosso que permitia apoiar madeira, cimento, farinha e o que mais chegasse no porto. Quando não havia trabalho no cais, Palmenor buscava o sustento da família pescando na praia que existia no bairro Saco dos Limões, antes do aterro para a construção da avenida. Hoje seu pai, com 88 anos, e sua mãe, Edegun-



des dos Anjos Machado, com 84 anos, continuam morando no Saco dos Limões, bem próximos do local em que criaram seus filhos.

Realização e preconceito

Foi no início da década de 70, com 20 anos de idade, que Claudionor conheceu a área da saúde, trabalhando como atendente de enfermagem no Hospital Celso Ramos. Os três meses de treinamento lhe mostraram que profissionalmente estava no caminho certo e também escancararam a discriminação contra a cor da sua pele. Seu nome na maioria das vezes não existia, ele era o 'negro'. Era ele que tinha que cuidar do leproso, porque ninguém mais assumiria aquele paciente, numa época em que inexistia proteção para o profissional de saúde. Os pacientes lhe curaram o pânico de ver sangue, mas ainda estaria longe o dia em que a sociedade seria curada de preconceito.

Para viver e não só sobreviver, Claudionor chegou a trabalhar cerca de 18 horas por dia. Além do vínculo no Celso, no dia 3 de setembro de 1981 começou a trabalhar no Hospital Florianópolis (HF), no antigo Inamps, e ainda era cuidador do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, nos horários que sobravam.

É dessa época a lembrança das primeiras mobilizações, no Celso Ramos. Claudionor aderiu a paralisação e não subiu ao quarto andar, ficou no térreo com os outros trabalhadores. Para ele, quando o grupo toma uma decisão é sagrado, nunca se abalou com as ameaças.

Família e novas lutas

No dia 14 de dezembro de 2002, Claudionor estava de plantão no Hospital dos Servidores quando recebeu a notícia da morte do seu filho Claudionei, de 29 anos. Eram 20h30min quando ele soube que nunca mais pescaria com o filho e amigo. Só o tempo foi capaz de transformar aquela dor imensa numa saudade conformada, diante da necessidade de seguir em frente. Casado com Nilza Salette Machado, ele teve mais três filhos: Nara Beatriz Machado, 42 anos, Renato Machado, 33 anos e Carlos Eduardo Machado, 28 anos. E até agora são sete netos.

No Hospital Florianópolis, Claudionor conta que todos, sem exceção, participavam da greve. Os trabalhadores organizavam o revezamento na porta da emergência, onde era feito o enfrentamento; as cirurgias eram suspensas e só os casos urgentíssimos eram liberados.

Uma realidade que não pode mais ocorrer depois que o SUS colocou no mesmo local de trabalho servidores municipais, estaduais e federais.

Indignação e projetos

Em julho de 2013, ao visitar o Hospital Florianópolis totalmente reformado, ele relembrou tempos gloriosos no Inamps e decidiu adiar a aposentadoria para trabalhar naquela estrutura nova e modernamente equipada. Claudionor sabe que o HF só não reabriu devido à mobilização dos trabalhadores e da população contrária à vontade do governo do Estado de entregar tudo para uma Organização Social privada explorar, depois que tudo foi renovado com os recursos do povo.

Quem o vê chegando sorridente e confiante ao Hospital Florianópolis, aos 64 anos, não imagina que ele passou pela ponte Hercílio Luz espiando o mar pelas frestas das tábuas, que admirou a baía norte, sem avenidas nem prédios; a baía sul, sem o aterro e lá distante o Miramar. A cidade mudou muito, mas Claudionor ainda tem um barco que guarda no rancho perto da casa dos pais. Assim que ele tiver mais tempo, garante que sairá mais vezes, bem cedinho, pra pescar. 🐟




A desmilitarização das polícias e a luta de classes

por **Marcela Cornelli**

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa2@sindprevs-sc.org.br



As mobilizações que seguem no País desde junho trouxeram à tona a discussão sobre a desmilitarização das polícias. A repressão à manifestação do Movimento Passe Livre em São Paulo em junho repercutiu em todo o País, sensibilizando a sociedade, e desencadeou as lutas nas ruas com o lema “Não é só por 20 centavos”. Por outro lado, movimentos sociais ligados ao movimento negro e às Mães de Maio, entre outros, principalmente no Rio de Janeiro, gritavam “Na favela as balas não são de borracha”, chamando a atenção para as chacinas e mortes de jovens negros e pobres nos morros pela polícia.

Vista por muitos como herança da ditadura militar no País, a Polícia Militar como está estruturada hoje existe como força auxiliar às Forças Armadas, tem treinamento militar e identifica o “inimigo” como pobre, negro e favelado. Além disso, é submetida à Justiça Militar e não ao julgamento pela Justiça comum. A desmilitarização vem ganhando espaço na sociedade e até mesmo entre os Praças. Estes também são prejudicados

em seus direitos trabalhistas e de organização sindical pela militarização das polícias. Até o Corpo de Bombeiros é militarizado no Brasil. Também heranças da ditadura temos a Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar (Rota) e o Batalhão de Choque. Em países como os Estados Unidos e Inglaterra as polícias são 100% civis. A desmilitarização, que não significa acabar com a polícia armada e de farda, pode não ser a única solução para a atuação violenta das PMs que acabam servindo como braço direito do sistema capitalista, tomando partido contra aos trabalhadores na luta de classes, mas é um debate que merece toda a atenção por parte do movimento sindical e dos partidos de esquerda. Afinal cada vez mais os movimentos sindical e social são criminalizados nas ruas.

“Eu sou favorável à desmilitarização. Não vejo justificativa lógica para um sistema militar em uma instituição que presta um serviço de natureza civil, de segurança pública. O militarismo nas polícias serve a interesses de pequenos grupos, elitistas, e prejudica a prestação de um serviço público de qualidade por estas instituições, uma vez que retira dos policiais e bombeiros al-

guns direitos civis e políticos, como liberdade de expressão, filiação partidária e sindical, entre outros”, defende o soldado da PM, especialista em segurança pública e coordenador de imprensa da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), Everson Henning.

Everson que é também jornalista e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal em Santa Catarina (Ufsc), conta que a Aprasc já fez campanha com o slogan “Desmilitarização Já!”, em 2009 e 2010. Ele lembra que, na época, aconteciam os debates da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e os Praças enfrentavam um duro embate com o Governo Estadual e com o comando da PM. “Sofremos duros golpes na Justiça Militar e na Corregedoria da PM, resultando na exclusão de 22 Praças e em milhares de processos administrativos e judiciais contra os diretores e apoiadores da Aprasc. Mas a campanha foi efêmera, talvez mais como resposta às agressões que estávamos sofrendo. Nunca fizemos um debate amplo com a categoria e acreditamos que o assunto divide muito a opinião dos Praças”, ponderou.

O soldado explica que desmi-

litarização não significa retirar a farda, nem acabar com o serviço de natureza ostensiva, a hierarquia e a disciplina. “No caso específico das PMs e Bombeiros, desmilitarizar passa pela alteração da Constituição Federal, retirando a vinculação dessas corporações com as Forças Armadas, fim das Justiças Militares Estaduais e substituição dos regulamentos disciplinares por códigos de ética”, diz.

Desmilitarizar resolve o problema da repressão?

Para Everson, o ideário militar, de “combater o inimigo” contribuiu para a atuação mais violenta da PM nas manifestações populares e a herança da ditadura militar de 1964 também deve ser considerada, pois naquele período a PM foi utilizada para combater o povo que se manifestava exigindo democracia. “Mas não podemos ter uma visão ingênua de que somente a desmilitarização será capaz de produzir uma Polícia Cidadã, até porque vemos diariamente casos de abusos, torturas e repressões por parte de policiais civis, agentes penitenciários e outros agentes do Estado que não são militares. A desmilitarização é um começo, necessário, para a construção dessa Polícia Cidadã, mais próxima do povo e com os esforços mais voltados à segurança pública de fato e não à manutenção da ‘ordem’”, defende. Para o dirigente da Aprasc, a desmilitarização só vai regularizar o que já acontece na prática. Desde meados da década de 1990, os Praças das PMs e Bombeiros estão se manifestando nas ruas, organizando paralisações e movimentos. “Nossa categoria perdeu o medo e a manutenção das restrições atuais

do sistema militar só vai contribuir para acirrar ainda mais as contradições internas das instituições e causar conflitos cada vez mais graves. Desmilitarizar é uma necessidade de o próprio Estado manter a ‘ordem’ e evitar que o barril de pólvora dos quartéis exploda de vez. Os praças não aceitam mais o tratamento que recebiam no século passado, os gritos por liberdade e dignidade já ultrapassaram os muros dos quartéis e não vamos mais retroceder, mesmo com prisões, ameaças e processos a nossa luta vai continuar”. Everson fala que na sociedade civil a recepção desta discussão tem sido boa, desde as camadas mais populares até as camadas médias, acadêmicos, intelectuais e militantes. “Ainda enfrentamos resistência nos quartéis e inclusive entre os Praças, que, paradoxalmente, são as primeiras e maiores vítimas. Parece contraditório, mas é preciso entender que muitos policiais e bombeiros militares foram treinados sob o ideário militar. Além disso, entra também uma questão de corporativismo, ou seja, desmilitarizar significa acabar com a instituição e acabar inclusive com a própria condição de “praça”. É uma mudança muito grande. Acredito que por isso causa essas reações negativas em alguns companheiros de caserna”. Tramitam hoje no Congresso Nacional pro-

postas de emendas constitucionais que tratam da desmilitarização. “A PEC 102 do senador Blairo Maggi abre um caminho importante, mas para ocorrer a desmilitarização de fato é necessário um projeto de lei que seja bem explícito no que diz respeito ao fim das justiças militares estaduais e também ao fim da vinculação com as Forças Armadas. O texto da PEC 102 apenas ‘faculta à União e aos Estados a adoção de polícia única’. Ou seja, a PEC 102 pode, mas não necessariamente vai levar à desmilitarização”, opina o soldado. 🇺🇲



Novas identidades da família brasileira

por Clarissa Peixoto

jornalista do Sindprevs/SC

clarissa@sindprevs-sc.org.br



Há uma infinidade de combinações possíveis que podem caracterizar a vida em família

Ao longo das últimas décadas, mudanças sociais e culturais influenciaram decisivamente a compreensão sobre o conceito de “família”. Se em nosso imaginário ainda sobrevive o estereótipo da família constituída por pai, mãe e filhos consanguíneos, a realidade nos mostra que as coisas se transformaram com grande rapidez. O reflexo disso é a incapacidade do Estado e suas leis vigentes de conseguir “ordenar” a vida privada. Nesse cenário, o avanço social se impõe à ordem estabelecida e a ideia de família vai tomando contornos plurais, rompendo com amarras ligadas ao sangue e ao sobrenome.

São cada vez mais comuns casas nucleadas por mulheres. Daniela Milidui, jornalista, experimentou essa forma de organização familiar, quando aos 31 anos engravidou da Heloiza. “O pai dela não queria compromisso. Aí, cada um seguiu seu caminho. A Heloiza nasceu e foi registrada apenas com meu sobrenome. Um pouco antes de completar dois anos, o pai bioló-

gico a conheceu e quis assumir, no papel, a paternidade. Durante cinco anos, fomos apenas nós duas”, ressalta.

Daniela não é uma exceção à regra. Cresce em todo o Brasil o número de famílias com mulheres responsáveis integralmente pela vida familiar. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 15% dos lares brasileiros tem essa configuração, reflexo também da independência financeira e cultural da mulher.

Felipe Centeno vive com Daniela desde 2002. Em seu primeiro casamento, que durou oito anos, não teve filhos. Felipe compõe um quadro ascendente no Brasil. Somente em 2010, 3,1% dos casamentos foram desfeitos.

Nessa segunda união, que já dura dez anos, Felipe ‘adotou’ Heloiza Fonseca, filha de Daniela. “Sempre tivemos uma boa relação. Ela me aceitou como um pai e eu – guardando o respeito que tenho pelo pai biológico dela – também me sinto pai. A convivência diária, a educação e a saúde da Heloiza



Felipe e Heloiza: amor de pai e filha para além dos laços de sangue



Daniela e Heloiza: são cada vez mais comuns as famílias comandadas por mulheres

são responsabilidades minhas e da Dani”, conta Felipe que, além de padrasto, é também professor de História da Heloiza.

E na família o que vale mesmo é a afetividade e o respeito às regras estabelecidas, em diálogo, no seu interior. “Posso contar sempre com ele. Quando eu tinha sete anos a gente saía na rua e ele sempre dizia: dá a mãozinha para não se perder. Temos isso até hoje. Sei que posso contar com ele em todos os momentos e que se eu ‘cair’ ele estará lá para me segurar”, relata Heloiza. Há cinco anos, Daniela teve um câncer, Heloiza encontrou em Felipe a certeza de que estaria protegida se o pior acontecesse. A intensa relação familiar proporcionou um ambiente estável para a total recuperação de Daniela.

Heloiza, hoje com 15 anos, mesmo não convivendo muito com o pai, tem uma excelente relação com a família paterna. No último verão, um de seus irmãos, de 16 anos, veio passar as férias na casa da família Milidui Centeno Fonseca. “Minha relação com meus irmãos – que também foram cria-

dos mais pela mãe deles – é bem legal. Minha mãe deu muita força para isso acontecer. Tenho saudades mesmo convivendo pouco com eles”, diz Heloiza.

Mas, a convivência familiar ainda está muito relacionada às condições econômicas. Embora uma nova identidade da família brasileira se configure, assentada na afetividade, de acordo com o IBGE, a possibilidade de se encontrar domicílios com famílias conviventes – aquelas compostas por duas ou mais famílias nucleares, parentes ou não-parentes, que podem viver em domicílios diferentes – é maior na região Nordeste que na região Sudeste. Enquanto os estados do Nordeste somam 5,5% dos casos, no Sudeste são 3,2%. Ainda segundo o Instituto, “tal chance pode ser explicada pelos níveis baixos de rendimento das famílias nordestinas, exigindo estratégias de sobrevivência diferenciadas em relação às famílias das regiões Sudeste e Sul”.

A família clássica já deixou de ser uma realidade no Brasil. De acordo com dados do IBGE, 50,1%

dos lares não se encaixam no estereótipo tradicional de ‘casal heterossexual com filhos’. Além da realidade concreta de diversas famílias brasileiras, fatores como o ativismo ligado à emancipação das mulheres e aos direitos humanos têm auxiliado as mudanças culturais. Cresce o número de lares com duas mães ou dois pais e casais que trazem para uma nova organização familiar os filhos de seus outros relacionamentos, criando novas identidades familiares e derrubando pré-conceitos sobre a tradição em torno do sobrenome, da consanguinidade e da parentalidade. É importante compreender que há uma infinidade de combinações possíveis que podem caracterizar a vida em família e não deve haver regra social que as enrijeça. Aos poucos, embora ainda não estruturalmente, a vida em sociedade vai rompendo com paradigmas constituídos por uma cultura patriarcal que, historicamente, oprimiu as mulheres e todas as manifestações que fugissem da relação do conceito de família com o de propriedade. 🧑

Fórum Unificado para enfrentar a mídia conservadora

O mês de agosto foi marcado pela apresentação à sociedade da Lei da Mídia Democrática, projeto de lei de iniciativa popular que propõe a regulamentação da Constituição Federal para a garantia da pluralidade e estabelecimento de princípios para a radiodifusão brasileira.

De todas as reivindicações que surgiram nas ruas nos últimos meses de protesto, a democratização dos meios de comunicação é talvez a pauta com maior adesão. Embora a mídia tradicional seja responsável por construir ideias conservadoras, sobretudo, de abjeção à política, aumenta o número dos que passam a enxergar o seu caráter ideológico e de constituição de ideias que não condizem com a realidade.

Nessa perspectiva, ganham corpo os movimentos de contraposição às estruturas hegemônicas de comunicação. É claro que a batalha é dura. A grande mídia tenta bloquear as tentativas de enfrentamento à lógica do capital que concentra a informação que circula em sociedade.

No entanto, a democratização da comunicação segue rumos bastante positivos no Brasil. O debate desponta dos grupos de militantes da área e passa a ser discutido pelo conjunto dos movimentos sociais brasileiros. As coberturas de atos e manifestações encontram confluência na internet e descortinam um país invisibilizado pelos meios de comunicação tradicionais.

É no bojo dessa luta que se organiza em Santa Catarina o Fórum Unificado da Mídia Alternativa. A proposta é fruto das discussões do 1º Seminário Unificado de Imprensa Sindical, realizado em Florianópolis, nos dias 04 e 05 de julho, por iniciativa do Sindprevs/SC, Sinasefe/SC, Sindaspi/SC, Sintrajusc e SEEB/Florianópolis.

O objetivo do Fórum é reunir as entidades sindicais e do movimento social para fortalecer essa batalha contra o monopólio da informação. A comissão organizadora do 1º Seminário Unificado de Imprensa

Sindical, dando vazão às sugestões apontadas pelo encontro, convida as entidades para a criação do Fórum, que vai ocorrer no dia 05 de novembro desse ano., às 10 horas, na sede do Sindprevs/SC, em Florianópolis. A prioridade do grupo será a organização do 2º Seminário de Imprensa Sindical, indicando a sua inserção na agenda anual dos sindicatos e fomentando a discussão sobre uma comunicação alternativa.

O Fórum pretende reunir, para além dos agentes da imprensa sindical, entidades que tenham em seu horizonte a luta pela soberania comunicacional, o enfrentamento às velhas estruturas de comunicação brasileiras e a promoção de ações para a mudança de paradigmas que regem as comunicações no Brasil.

É nessa perspectiva que convidamos as organizações de luta de Santa Catarina a constituir esse lugar de ação e debate, coerente com a proposta de construir um país mais democrático, em que a classe trabalhadora tenha voz.



Querem legalizar o “aluguel de pessoas”

“Temos que parar de usar eufemismos como terceirização, o nome correto para isso é aluguel de pessoas. Não há negócio melhor do que alugar pessoas, só é preciso um carimbo para receber três vezes mais o que é pago para o trabalhador”.

Assim o advogado trabalhista de entidades sindicais, Nilo Kaway Junior, define a terceirização. O Projeto de Lei 4.330/2004 (PL), de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC) e pode ser votado em setembro. Para Nilo o PL vem dar um status de legalidade para o “aluguel de pessoas”.

Ronaldo Gariglio, diretor do Sindpd/SC (Sindicato dos empregados em empresas de processamento de dados de Santa Catarina) explica que a terceirização é sinônimo de precarização de todas as condições de trabalho. “Ela cria uma divisão entre trabalhadores que executam as mesmas tarefas com direitos diferentes. Os terceirizados recebem cerca de 30% do salário pago a um trabalhador contratado. Nosso setor cresceu entre 20 e 30%, mas as empresas não repassam nem 1% de ganho real para os trabalhadores”.

Salários muito baixos e o grande risco de não recebê-lo no fim do mês, foi o que contou a advogada trabalhista, assessora jurídica

do Sindicato dos Bancários, Susan Mara Zili, no Programa Você Tem Fome de quê? Que tratou das terceirizações. No primeiro trimestre de 2013, três empresas que contratam trabalhadores para o setor bancário deixaram de pagar os salários e as rescisões. Os terceirizados tiveram que recorrer à Justiça do Trabalho e podem ter que esperar até três anos para receber o lhes é devido.

Ao dividir trabalhadores, a terceirização enfraquece a organização sindical e reduz muito as possibilidades de conquista e manutenção de direitos. Com uma base estadual estimada em 60 mil trabalhadores, somente cerca de 1 mil estão filiados ao Sindpd/SC.

Precarização no estado

Os diretores do Sintespe (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina) Mario Antônio da Silva, Maria das Graças Bithencourt e o Delegado do Núcleo de Joaçaba, Sérgio Idelbrando falaram à revista Previsão sobre a terceirização no estado. Eles contam que os setores da saúde e educação foram fortemente atingidos pelas terceirizações, e que as prisões e penitenciárias são o novo foco: o presídio Regional de Tubarão e o Complexo Penitenciário de Canhanduba, de Itajaí, foram cons-

truídos pelo poder público e entregues para empresas privadas.

As terceirizações sequer são sinônimo de economia para o Estado. Mario Antônio conta que, no Complexo Penitenciário de Florianópolis, a alimentação de 2 mil pessoas custava aos cofres públicos R\$ 120 mil por mês, com a terceirização os custos saltaram para R\$ 700 mil por mês, segundo dados repassados pelos diretores do Sintespe.

A situação do Deinfra (Departamento Estadual de Infra-Estrutura) é emblemática. Sérgio lembrou tempos em que atuava nas estradas fiscalizando as obras, garantindo padrões de qualidade. “Hoje nada disso existe mais, são as empreiteiras contratadas que fazem tudo, sem o menor controle”. O Deinfra foi totalmente sucateado e hoje seus trabalhadores lutam para que ele não deixe de existir.

A luta contra a PL 4.330 já faz

“Não há negócio melhor do que alugar pessoas, só é preciso um carimbo para receber três vezes mais o que é pago para o trabalhador”.

parte das bandeiras de luta de várias categorias e Centrais Sindicais pois ameaça até os direitos contidos na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Sindprevs/SC em defesa da URP do INSS

Os documentos da 1ª e 2ª etapas de defesa da URP dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, peritos e procuradores foram disponibilizados no site do Sindicato. Aqueles que já receberam o indeferimento da 1ª etapa, podem acessar no site do Sindprevs/SC os documentos necessários para a 2ª etapa da defesa da URP.

É importante que nenhuma providência seja tomada sem a orientação do Sindicato.

Horário do Departamento Jurídico

O Departamento Jurídico do Sindprevs/SC atenderá ao público de segunda à sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 18h, com exceção das quartas-feiras, dia reservado ao encaminhamento das demandas reprimidas e das novas ações.

O plantão dos advogados permanece nos mesmos dias: segundas e terças-feiras das 9h às 12h e das 13h às 18h.



Leia mais no site do Sindprevs/SC, em Jurídico

Servidores da Anvisa de Santa Catarina rejeitam proposta



Os servidores da Anvisa em Santa Catarina reunidos no dia 27 de agosto em Florianópolis rejeitaram a proposta do governo apresentada para a categoria. Na reunião foi lembrado que desde o não fechamento do acordo no ano passado, já em janeiro deste ano o Comando Nacional de Negociação da categoria, formado pelas entidades nacionais, entre elas a Fenasps, apresentou nova proposta ao governo e vem tentando uma negociação. A proposta votada na assembleia em Santa Catarina no dia 27 de agosto, entre outros itens, era de reajuste linear para todos os níveis de 19,1%. Os trabalhadores avaliaram que a proposta traz perdas e prejuízos aos trabalhadores e não leva em conta as especificidades dos diferentes níveis.

Além de rejeitar a proposta os trabalhadores aprovaram:

- Realizar Operação Padrão;
- Estado de Greve;
- Aumentar a mobilização na categoria; e
- Construir um Ato conjunto com demais categorias no Porto de Itajaí.

Em Santa Catarina, a categoria também realiza uma campanha com o slogan **Anvisa: vigilância para a sua segurança**, com camisetas e banners com a pauta de luta da categoria.

A posição de Santa Catarina já foi repassada ao Comando Nacional. Assembleias estão acontecendo em todo o País.



Veja mais imagens da Assembleia na Anvisa no site do Sindprevs/SC em: Galeria de Fotos

APs ADJ perdem turno estendido e sentem o descaso do INSS

As APs ADJ (Agências da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais) de Itajaí e Criciúma perderam o turno estendido após as avaliações no último ciclo. A direção do Sindprevs/SC esteve em Itajaí e, com os servidores, cobrou da Superintendente Regional Sul os motivos da mudança. Posteriormente, uma portaria oficializou a reversão do horário apontando como justificativa a vacância de cargos em comissão, o que nunca ocorreu.

Em Criciúma e Itajaí, as APs ADJ trabalham com intensa carga de processos mas, apesar dos vários problemas operacionais e de pessoal, os números apontam que a produtividade é maior com o turno estendido. Os servidores estão revoltados pois terão que reorganizar suas vidas para o aumento da jornada de trabalho.

O Sindprevs/SC ajuizou Mandado de Segurança. O pedido de liminar não foi aceito pela Vara de Blumenau e o Sindicato aguarda o julgamento dos recursos interpostos contra o fim do turno estendido nas APs ADJ.

Em Brasília, o Sindicato atua como representante da Fenasp nas mesas de negociação onde exige o retorno do turno estendido nas 11 APs ADJ do país que tiveram a reversão. O turno estendido é mantido com metas e critérios irreais, funcionando como mais uma forma de pressão.

Curso de Formação para romper o senso comum

O Sindprevs/SC ofereceu em 2013 três etapas do Curso de Formação para Diretores de Base, Representantes dos Aposentados e Pensionistas e para a Diretoria Executiva Colegiada. As turmas reuniram 163 trabalhadores nos meses de março, abril e a última aconteceu nos dias 12 e 13 de agosto, no Hotel Oceania, em Ingleses. O curso foi ministrado pelo educador popular, Emílio Gennari.

Um curso de formação capacita o trabalhador a dar o primeiro passo rumo ao conhecimento da realidade. “As pessoas não questionam essa sociedade de governantes e governados, e uma nova ordem social terá que superar essa forma de organização” afirma Gennari.

O Diretor de Base, Fernando



Domingues da Silveira, da APS Chapecó, que participou dos três módulos do Curso de Formação, avaliou que está mais instrumentalizado e com mais argumentos para debater com os servidores no local de trabalho. “Após um curso de formação, você tem um estalo, por que muda a sua visão de mundo.”

A direção do Sindprevs/SC está avaliando o calendário de mobilizações e eventos e, se houver condições, realizará uma nova etapa ainda em 2013.

Livro reunirá todos os textos

O 1º Concurso de Narrativas e Poesias do Sindprevs/SC contou com a inscrição de 13 poesias e 10 narrativas. Apesar da pequena quantidade inscritos, a direção do Sindprevs/SC publicará o livro com todos os trabalhos como forma de valorizar os autores.



O Departamento de Comunicação do Sindprevs/SC está elaborando a publicação que será lançada na solenidade de Comemoração dos 25 anos do Sindicato, dia 17 de outubro, às 19 horas, no Hotel Oceania, em Ingleses.

Farão parte do livro, na categoria poemas, os seguintes autores: Jacira Maria Nunes Pereira, com Inverso, Tempo sem Tempo e Mãos; Luiz Sperb Lemos, com Mistério, Sísifo e Amargo; Doralice Oro Holz com Nós servidores; Teresinha Ivonete de Medeiros com Presságios; Elisabete Fátima do Valle, com O Amanhã, Na TV e Revolução; Osmar Salgado, com Soneto dos Sindicalistas; Carlos Alberto da Silva com o Poema à Ilha.

Na categoria Narrativas farão parte do livro os seguintes autores: Jacira Maria Nunes Pereira, com Acredite se quiser, O gato na porta do armazém e Cachorro nº1; Carlos Alberto da Silva com Preâmbulo, Visão e A aparição; Léa Palmira e Silva com Bodas de Prata do Sindprevs e Por onde meus sapatos andaram e Inês Cascaes com Menina de Luta e Casinha Amarela.



Encontros e Plenária definem os próximos passos da mobilização

Entre os dias 03 e 05 de agosto, trabalhadores do INSS, do Ministério da Saúde e da Anvisa reuniram-se, em Brasília, para deliberar sobre os próximos passos na mobilização da categoria.

No dia 03 de agosto, aconteceram os encontros setoriais do Ministério da Saúde e do INSS, em Brasília. Já o encontro da Anvisa, ocorrido na mesma data, foi realizado em São Paulo. Os encontros aprovaram as pautas e o calendário de lutas para cada setor.

A Plenária da Fenasps, que aconteceu na sequência dos encontros setoriais, no dia 04 de agosto, deliberou pela paralisação dos trabalhadores do Seguro e da Seguridade Social em 30 de agosto. Também foi aprovado o “estado de greve” e a instalação de comandos estaduais e nacional que terão como objetivos impulsionar as mobilizações e construir a greve para o próximo período.

Em 05 de agosto pela manhã, os trabalhadores realizaram um ato no edifício-sede do INSS, que culminou com a ocupação do hall de entrada do edifício, impedindo o acesso dos servidores do local e convocando-os a entrar na luta. À tarde, os servidores se concentraram em frente ao Ministério da Saúde.



“SEMPRE CONSTRUINDO A HISTÓRIA NA LUTA”

16, 17 E 18 DE OUTUBRO
COMEMORAÇÃO
DOS 25 ANOS DO
SINDPREVS/SC

HOTEL OCEANIA, INGLESES, FLORIANÓPOLIS

Programação

15 DE OUTUBRO

14h – Credenciamento e hospedagem dos aposentados e pensionistas

17 DE OUTUBRO

Programação conjunta para ativos, aposentados e pensionistas filiados
9h às 16h – Atividades culturais

9h – Início do credenciamento dos servidores ativos
19h – Solenidade de Comemoração dos 25 anos

16 DE OUTUBRO

programação exclusiva para aposentados e pensionistas filiados
9h – Atividades recreativas
14h – Palestra motivacional

18 DE OUTUBRO

9h 30min – Análise de conjuntura
14h – Debate: Reorganização da Classe Trabalhadora
23h – Baile dos 25 anos, com a Banda Interprise



Informações: (48) 3224-7899

Inscrições de 12 de agosto a 30 de setembro, vagas limitadas pelo endereço eletrônico: eventos@sindprevs-sc.org.br

Sempre
construindo
a história
na luta



Sindprevs/SC

25 anos de luta

Filiado à Fenasps

